

## **Relatório do IGF 2023 Kyoto**

### **Henrique Faulhaber**

O Fórum de Governança da Internet (IGF) foi realizado de 8 a 12 de outubro de 2023, em Kyoto, Japão. O IGF promove anualmente uma discussão multissetorial sobre questões de políticas públicas relativas à governança da Internet.

Os debates mais importantes que acompanhei em 2023 foram sobre temas críticos como governança de inteligência artificial (IA), fragmentação da Internet, inclusão digital, competição entre GDC e IGF nos temas da regulação da esfera digital.

Particpei também de reuniões visando a realização do Netmundial +10 no Brasil, reunião com as pessoas do programa Youth e moderei uma seção sobre regulação de plataformas.

### **Governança da IA e Tecnologias Emergentes:**

No IGF de Kyoto em 2023, a inteligência artificial (IA) foi um tema de destaque, refletindo sua importância crescente e impacto transformador em diversos setores e na vida cotidiana. Uma sessão principal sobre IA destacou o papel fundamental da IA em impulsionar a inovação e enfrentar desafios complexos, sublinhando a necessidade de desenvolvimento responsável e ético baseado nos princípios dos direitos humanos. Foi enfatizado que leis e políticas aplicáveis são cruciais para garantir que as tecnologias de IA sejam usadas de maneira responsável, promovendo justiça e mitigando riscos associados.

O rápido desenvolvimento da IA, incluindo IA generativa, coloca desafios e oportunidades significativas. Foi destacada a necessidade de diálogo e cooperação globais multissetoriais para garantir que a IA seja desenvolvida e aplicada de forma responsável.

A regulação e governança da IA foram amplamente discutidas, com foco na busca por padrões globais para governar a IA. Destacou-se a importância da participação do setor privado e o engajamento multissetorial na definição de padrões e regulações eficazes. Problemas como a discriminação em sistemas de IA que aprendem a partir de grandes volumes de dados e a necessidade de abordagens melhoradas para avaliação de riscos foram mencionados. Foi argumentado que a inovação desenfreada pode não levar necessariamente a resultados positivos, enfatizando a necessidade de uma governança de IA que priorize o interesse público.

### **Fragmentação da Internet:**

A importância de uma Internet global e não fragmentada foi reforçada, com ênfase na coordenação internacional para evitar abordagens que possam ameaçar a conectividade e interoperabilidade global da Internet. A discussão incluiu a relevância do GDC e a revisão do WSIS+20.

### **Inclusão Digital:**

Foi bastante discutido no IGF o conceito de acesso significativo à Internet que transcende meramente ter conectividade; abarcando a importância da acessibilidade, da sustentabilidade e da acessibilidade financeira como pilares fundamentais para uma verdadeira inclusão digital, pois a exclusão de grupos pode levar a uma participação fragmentada e ineficaz, exacerbando a falta de coordenação e duplicação de esforços entre os diversos setores.

### **Discussão sobre o Futuro do IGF e o GDC:**

O Fórum de Governança da Internet (IGF) e o Global Digital Compact (GDC) são iniciativas que buscam moldar como a Internet e as tecnologias digitais são governadas em escala global. Nas discussões no IGF, foi enfatizado que essas iniciativas têm um grande grau de interseção entre elas e que é necessário harmonizar essas discussões.

Enquanto o IGF foca principalmente no intercâmbio de ideias e melhores práticas, promovendo um entendimento compartilhado e a cooperação em questões como segurança cibernética, direitos digitais, acesso à Internet e sustentabilidade, mas não tem poderes decisórios formais ou capacidade de implementar políticas diretamente, o GDC, proposto pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, como parte de sua "Agenda de Cooperação Digital", visa estabelecer princípios globais para a governança digital e a cooperação digital.

O GDC tem a ambição de fornecer um conjunto de compromissos voluntários para governos, empresas, sociedade civil e outros stakeholders com o objetivo de garantir uma Internet segura, confiável e inclusiva por meio da adoção de princípios e compromissos concretos, abordando questões como da inteligência artificial, conectividade universal, governança de dados, proteção de direitos digitais e segurança cibernética enquanto o IGF por sua vez se concentra no diálogo e na troca de ideias sobre esses mesmos temas

Nas palestras do IGF de 2023, ficou patente a necessidade de mais discussão sobre o papel dessas iniciativas da ONU, pois o IGF vem discutindo temas que são da agenda digital e não somente da Internet há muitos anos, e a retirada de temas da governança digital do IGF para uma discussão no âmbito do GDC lança dúvidas

sobre os mecanismos que vão ser implementados no Global Digital Compact para garantir o diálogo multissetorial que o IGF já promove há tantos anos e que vem buscando aprimorar..

A partir dessas discussões no IGF 2023, fortaleceu-se a ideia de promover o Netmundial +10 no Brasil em 2024 para discutir o futuro do IGF e como dialogar com a agenda proposta pelo GDC para avançar na governança global dos temas digitais.

### **Mesa redonda sobre Regulação de Plataformas**

O CGI.br organizou uma mesa redonda sobre regulação de plataformas no sul global, que foi moderada por mim com o apoio da assessoria do CGI.br, e versou sobre diferentes modelos de governança na regulação de plataformas digitais por meio da troca de práticas de países em desenvolvimento com foco no valor dos modelos multissetoriais de Governança da Internet.

Participaram desta sessão Khadijah El-Usman, representando a sociedade civil da África, Miriam Wimmer da ANPD, representando o governo da América do Sul e Caribe, Sunil Abraham do Facebook Índia representando o setor privado da Ásia, Marielza Oliveira da UNESCO, representando as organizações internacionais, Renata Ávila, a sociedade civil da América do Sul e Caribe e Joanne D Cunha, a comunidade acadêmica da Ásia-Pacífico.

Esse debate tratou do desafio da regulação de plataformas digitais em diferentes geografias em países em desenvolvimento do ponto de vista dos diferentes setores. Considerando que grande parte das discussões sobre regulação de plataformas gira em torno dos modelos seguidos pela Europa e pelos EUA e que servem como inspiração muitas vezes para países em desenvolvimento (algumas vezes chamados como do Sul Global).

Considerando que os países que não fazem parte dos blocos das economias desenvolvidas têm diferentes estágios de desenvolvimento institucional no tocante à regulação do espaço digital e que o engajamento multissetorial também tem grandes variações, propusemos esse painel em que os diferentes oradores puderam dar suas contribuições ao debate proposto.

Minha fala foi relacionada ao papel do multissetorialismo na Governança da Internet no Brasil, assim como o papel que pode ter na regulação de plataformas, destacando as particularidades da regulação e as dificuldades institucionais que podem ocorrer em países do sul global.

Marielza Oliveira, da Unesco, apresentou uma abordagem mais geral ao modelo de multissetorialismo, destacando sua importância para construir consensos envolvendo múltiplos atores, porém enfatizando que o modelo deve superar desafios para ser inclusivo, diverso e baseado em direitos humanos, bem como para contabilizar desequilíbrios de poder das grandes tecnologias.

Sunil Abraham, do Facebook Índia, por outro lado, destacou a importância de coordenar todas as formas de regulação – do estado, correção e autorregulação de forma padronizada em diferentes geografias. Segundo ele, isso poderia ser aproveitado como uma iniciativa de baixo para cima para construir regulações à prova de futuro.

Miriam Wimmer, diretora da Autoridade Brasileira de Proteção de Dados, também concordou com a importância da correção, destacando o complexo conjunto institucional no Brasil com as dificuldades em definir o escopo da regulação e quais autoridades seriam envolvidas em um tema amplo como é a regulação de plataformas. A diretora também enfatizou que o multissetorialismo não é incompatível com o multilateralismo.

Joanne D Cunha, pesquisadora do Centro de Governança da Comunicação na NLU Delhi, apontou os desafios para os países do sul global em regulações de plataformas e participação em fóruns globais e processos internacionais, especialmente devido a dificuldades com recursos.

Por fim, Renata Ávila da Open Knowledge Foundation ressaltou as desigualdades entre diferentes realidades, em particular considerando pequenos países do sul global que podem não apenas carecerem de leis de regulação de plataformas, mas também de leis de proteção de dados. Ela também destacou a importância de as plataformas não se aproveitarem dessa situação, garantindo transparência.

A sessão de perguntas e respostas enfatizou os arranjos entre os diferentes modelos de regulação que podem ser aplicados à regulação de plataformas, e os desafios na cooperação entre múltiplas autoridades. Também foi apontado como plataformas com alcance transnacional acompanham muitas jurisdições e podem replicar novos mecanismos para diferentes países. Por fim, os palestrantes destacaram a importância da cooperação sul-sul,

### **Conclusão:**

Este IGF reforçou a importância da cooperação multissetorial tanto no nível nacional quanto regional e global, e a necessidade de alinhar iniciativas globais como o GDC

com os esforços existentes de melhoria do IGF. Uma pergunta que fica é se o IGF continuará tratando, com espaço de debate, da agenda global de todos os temas do espaço digital, ou se no futuro ficará restrito aos temas de governança da internet e na internet tão somente.

Henrique Faulhaber